

Protagonismo e sobrecarga de trabalho de mulheres lideranças do Cerrado

Leadership and work overload among women leaders in the Cerrado

Mariana Bitencourt Santos

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado com mulheres lideranças de uma cooperativa da agricultura familiar do Cerrado, investigando a sobrecarga de trabalho em suas vidas. Partimos da divisão sexual do trabalho para analisar como a desigualdade na distribuição de tarefas se estende à gestão de organizações produtivas e socioambientais, aumentando a sobrecarga de mulheres no meio rural. A partir de entrevistas semiestruturadas, identificaram-se cinco temas para análise: trajetória de liderança, sobrecarga, renda, cuidado com filhos e mecanismos de apoio. Os resultados indicam que a sobrecarga é um reflexo estrutural e que os projetos socioambientais precisam remunerar dignamente quem os sustenta.

Palavras-chave: gênero; divisão sexual do trabalho; agricultura familiar; sobrecarga; mulheres lideranças.

Abstract: This paper presents preliminary results of a master's research on women leaders of a family farming cooperative in the Cerrado, investigating work overload in their lives. We start from the concept of the sexual division of labor to analyze how inequality in the distribution of tasks extends to the management of productive and socio-environmental organizations, increasing the overload of women in rural areas. Based on semi-structured interviews, five themes were identified for analysis: leadership trajectory, overload, income, childcare, and support mechanisms. The results indicate that overload is a structural issue and that socio-environmental projects must fairly remunerate those who sustain them.

Keywords: gender; sexual division of labor; family farming; work overload; women leaders.

1. Introdução

O protagonismo de mulheres nos movimentos sociais e lutas camponesas no Brasil é destaque desde a década de 1980 (Carneiro, 1994). Observa-se a participação de mulheres em reivindicações não apenas relacionadas às questões de gênero, mas também na luta por direitos socioambientais, como em movimentos como a Marcha das Margaridas, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT de Mulheres da ANA).

As mulheres do campo desempenham um papel fundamental na produção de alimentos, na conservação da natureza e no cuidado com a terra, a água e as sementes, além de serem guardiãs ancestrais de saberes ecológicos fundamentais à soberania alimentar (Silva; Silva; Jalil, 2021). Estudos como o de Emma Siliprandi (2015) indicam que as mulheres cumprem um papel central na produção agroextrativista de orientação agroecológica.

Apesar dessa destacada participação, as mulheres enfrentam dificuldades de reconhecimento de sua contribuição na agricultura, uma vez que seu trabalho é, muitas vezes,

visto como uma forma de “ajuda” aos homens, e não como uma atividade produtiva (Furtado, 2022). Além disso, elas estão expostas a diversas formas de violência, como psicológica, sexual, doméstica e patrimonial (Wedig, 2021). A questão fundiária é outro fator de desigualdade, uma vez que, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, 81% dos estabelecimentos rurais brasileiros têm homens como proprietários, enquanto 18,7% pertencem a mulheres (Furtado, 2022). A desigualdade na concentração de terras afeta ainda mais as mulheres negras: 90% dos estabelecimentos com mais de 2.500 hectares pertencem a pessoas brancas (Furtado, 2022).

Embora muitas mulheres já ocupem posições de liderança e protagonismo nos movimentos e organizações socioambientais e da agricultura familiar, não há evidências de que essa mobilidade social e política provocou mudanças significativas na divisão sexual do trabalho no meio rural. Observa-se, a princípio, que as mulheres líderes concentram sob sua responsabilidade tanto tarefas de cuidado e produção nos quintais e roçados, quanto atividades de gestão e de mobilização dos movimentos. Para compreender os efeitos dessa sobrecarga, este texto apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado junto a lideranças de uma cooperativa da agricultura familiar, a Cooperfrutos do Paraíso. O objetivo é investigar os efeitos do acúmulo de trabalho nas vidas dessas mulheres e as estratégias de enfrentamento.

2. Revisão da Literatura

A divisão sexual do trabalho é o principal conceito utilizado nesta pesquisa para compreender a sobrecarga das mulheres. Trata-se de um marcador de desigualdade que explica como os trabalhos de cuidado com a casa e a família e o trabalho reprodutivo (gestar e parir) são culturalmente atribuídos às mulheres e tornam as jornadas de trabalho femininas múltiplas e contínuas, sem demarcação entre tempo de trabalho e de descanso (Hirata, 2007). Tal divisão invisibiliza o trabalho das mulheres e naturaliza essas tarefas como essencialmente femininas, reforçando estruturas patriarcais que sustentam desigualdades econômicas, simbólicas e políticas (Coradin, Schwendler, 2023).

No contexto rural, somam-se a essas tarefas o cuidado com a natureza e os animais, a produção de alimentos, a manutenção da saúde familiar, o preparo de medicamentos fitoterápicos, entre outros (Souza et al, 2023). Esse trabalho, majoritariamente não remunerado, foi e é essencial para o estabelecimento do capitalismo e de uma lógica patriarcal de exploração das mulheres e da natureza, atribuindo a elas a responsabilidade pela reprodução e pela criação da força de trabalho necessária à acumulação primitiva do capitalismo (Federici, 2004).

Além do recorte de gênero, é importante considerar a condição racial na análise crítica das desigualdades sociais. Com frequência, as mulheres negras suportam jornadas ainda mais

pesadas, cuidando de suas famílias e de seus patrões. Como afirma Sueli Carneiro, “a violência sexual colonial é o ‘cimento’ das hierarquias de gênero e raça presentes na nossa sociedade” (Carneiro, pg. 313, 2003). Assim, essa pesquisa adota uma perspectiva interseccional¹ para compreender as desigualdades de gênero, observando o atravessamento de gênero, raça, classe, idade, etnia, e outros marcadores sociais de opressão (Collins, Bilge, 2021).

3. Metodologia

A pesquisa é baseada em um estudo de caso na Cooperfrutos do Paraíso (Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais do Município de Alto Paraíso de Goiás e Região), organização que abrange nove municípios da região da Chapada dos Veadeiros, Goiás. A cooperativa foi escolhida por ser referência em compras públicas na região (com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)), e por, atualmente, os cargos de liderança estarem ocupados por mulheres. A pesquisa conta com apoio financeiro do Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (Proext) da Universidade de Brasília (UnB), e já foram realizadas duas etapas de campo e três entrevistas semiestruturadas, além de caminhada transversal na casa das lideranças da cooperativa e aplicação de recordatório semanal.

4. Discussão

As entrevistas realizadas em fevereiro de 2026 contaram com mulheres de perfis diversos (como a presidente, a diretora comercial e uma agricultora da Cooperfrutos), e revelaram rotinas múltiplas e exaustivas. As informações apontaram para cinco temas de análise. O primeiro, refere-se à trajetória dessas mulheres enquanto lideranças, como o histórico de engajamento comunitário e a necessidade por lutar pela sobrevivência no Cerrado em um contexto de reforma agrária.

O segundo ponto indica uma sobrecarga real, com jornadas contínuas, dificuldades de relaxar, sono reduzido e efeitos na saúde, como ansiedade e gastrite, embora as mulheres sem filhos/as e com renda mais estável se percebam menos sobrecarregadas. Nesse sentido, o terceiro tema destaca a renda como um fator relevante, especialmente porque o trabalho de gestão da cooperativa não resulta em remuneração direta. Desse modo, as gestoras se veem obrigadas a diversificar a renda, atuando na cooperativa no “tempo livre”.

¹ A interseccionalidade pode ser compreendida como uma ferramenta, uma lente de análise, para compreender como as relações de poder que se transformam em fenômenos sociais de opressão (Collins, Bilge, 2021).

O quarto tema refere-se aos trabalhos de cuidado com as crianças, onde vemos que, muitas vezes, as mulheres com filhos/as precisam pagar outras pessoas para cuidarem dos seus enquanto elas participam de atividades da cooperativa, além do acúmulo de tarefas domésticas. Por fim, o quinto e último aspecto identifica mecanismos de apoio acionados pelas entrevistadas para aliviar a rotina e amenizar a sobrecarga, tendo sido destacadas atividades de lazer, como o forró e o banho de cachoeira, ou o tempo dedicado à família e à espiritualidade.

5. Considerações finais

O trabalho de campo, integrado à revisão de literatura, revelou que a sobrecarga de trabalho vivida por mulheres lideranças é real e pode ser resultado de estruturas patriarcais e econômicas que invisibilizam e remuneram mal o trabalho feminino. Os resultados preliminares da pesquisa indicam a necessidade de incentivar a divisão justa do trabalho doméstico dentro e fora de casa, além de garantir que projetos socioambientais direcionem recursos para remunerar dignamente as lideranças de suas organizações, como medida para tornar mais efetiva as políticas de promoção de equidade de gênero e empoderamento de mulheres.

Referências

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 2, n. 1, p. 12, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.).

Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle; MURAD, Fátima. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, 2007.

FURTADO, Fabrina. **Raça, gênero e classe: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022.

SILVA, Luana Cristine Ferreira da; SILVA, Mylena Raiza dos; JALIL, Laetícia Medeiros. Guardiãs da agrobiodiversidade: uma análise a partir das cadernetas agroecológicas. In: **Diálogos e Reflexões sobre Agroecologia**. Garanhuns, 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

WEDIG, Josiane Carine. Colonialidade, apropriação da terra e resistências de mulheres camponesas através da agroecologia. **Anais da ReACT – Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 5, abr. 2022.